

SEGURANÇA E CIDADANIA: Construindo Caminhos

Paula Ribeiro e Oliveira

Secretaria de Estado de Educação, Brasília, DF, Brasil

Resumo. O presente artigo apresenta uma proposta de parceria entre Educação e Segurança Pública a caminho da Cidadania. O objetivo é aproximar a Comunidade Escolar da Polícia visando à qualidade nos caminhos de prevenção da violência na escola e no perímetro escolar. Trata-se de uma pesquisa-ação orientada pelo projeto interventivo Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos, que finda por caracterizar o ambiente escolar e identificar os pontos sensíveis que comprometem a qualidade da proteção ao ensino e à aprendizagem. No intuito de otimizar a segurança nas escolas por meio da participação social, propõe-se um trabalho de formação por meio do curso: Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, com base nas diretrizes apontadas na Matriz Curricular Nacional da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública). A proposta do curso é trabalhar, nas escolas de Ensino Médio, as seguintes temáticas: Segurança Pública Cidadã, Direitos Humanos, Relações Interpessoais, Mediação de Conflitos, Liderança e Construção de Redes e Qualidade em Educação e Segurança Pública. Por intermédio do compartilhamento de ideias, experiências e práticas educacionais em conjunto com a filosofia de um agente comunitário comprometido com as questões sociais, visa-se adequar a perspectiva da Polícia Comunitária à realidade de cada escola em busca de uma formação de Cultura de Paz. Uma Educação efetiva requer uma Segurança eficiente, muito embora, uma Segurança eficiente, apenas, exista por meio de uma Educação efetiva. É possível concluir, portanto, que Educação e Segurança são modelos indissociáveis e corroboram, mutuamente, valores de Cidadania.

Palavras-chave: Cidadania, educação, segurança pública cidadã, mediação de conflitos, cultura de paz.

CITIZENSHIP AND SAFETY: Closing Gaps

Abstract. This article aims at presenting a partnership proposal between Education and Public Security towards Citizenship. Such a partnership is to develop shared interests or causes as it may provide the school environment with quality pathways to prevent violence inside and out campus. The idea is to achieve each and every individual who are involved in the Teaching /Learning Process based on the necessity of strengthening interactions in schools and enhancing the cultural competence of faculty members. That way, the Project Citizenship and Safety: Closing Gaps works on an educational approach which consists on a partnership between the School Community and Police Officers who are hold accountable for active participation on a schoolwide formative process of collective responsibility towards preventing violence spread. It is supposed to collect and analyze data and pinpoint useful strategies for closing gaps inside schools and its surroundings. Through the Course: Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, Brazilian communities discuss the strategies already in place, the resources needed to implement new strategies, and the new actions needed. Police organizations are adopting the philosophy and practices of community and problem-oriented policing and have shown some change in police structure and practical support to society. Changes associated with problem-solving within law enforcement and human rights agencies have brought some positive impacts on the quality of interaction between the police and citizens. It is of utmost importance find strategies which may sustain this new philosophy. The project aims at negotiating educational interests and needs, and, by doing so, develop Security Education through awareness, attitude and action. Effective Education needs efficient Public Security, although, efficient Public Security only exists through effective Educational Basis beforehand.

Key words: Citizenship, education, citizen public security, conflict mediation, culture of peace.

INTRODUÇÃO

A Educação Brasileira vivencia uma série de fatores negativos que conduzem a prejuízos na qualidade do ensino. Seja pela falta de recursos, pela desvalorização dos profissionais da área, pela criticada formação dos servidores, pela falta de interesse e comprometimento dos estudantes ou pelos conflitos ocorridos dentro das escolas e nos perímetros delas, percebe-se que a problematização gerada está, de certa forma, relacionada a aspectos de violência. O termo violência não se limita a atos de agressões físicas ou verbais. Ele pode abranger qualquer constrangimento¹, seja ele físico ou moral, realidade bastante presente no ambiente escolar em todos os segmentos. Nesse âmbito, percebe-se a necessidade de se investir em uma política de prevenção de violências nas escolas de modo que os membros da comunidade escolar sintam-se seguros e protegidos enquanto atuantes na área da Educação. Nessa perspectiva, busca-se uma parceria com a Segurança Pública no intuito de fortalecer a qualificação do trabalho educacional. É preciso construir caminhos para que não somente se fale em cidadania, mas também para que seja possível atuar como cidadão.

Dados OCDE/2014 (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)² revelam que 12,5% dos professores brasileiros são vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana. RITLA (Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana), em 2008, constata que cerca de 70% de alunos e professores afirmam já ter visto agressão física nas escolas do Distrito Federal³. Com o intuito de colher informações mais precisas concernentes a essa realidade, foi produzido em 2014, na EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação), um documentário acerca da violência escolar com a participação de profissionais da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Dentre os depoimentos, explica a professora Gisele, profissional de língua portuguesa na escola CEAN – DF:

Violência é a ação ou o ato em que se venha a projetar, de uma maneira agressiva ou depreciativa, a ação sobre um sujeito [...] reflete em um valor, em uma finalidade, em

¹ *Dicionário do Aurélio Online*, s.v., “violência”, acesso em 10 dez. 2015, <https://dicionariodoaurelio.com/violencia>.

² BBC BRASIL. **Pesquisa põe Brasil em topo de ranking de violência contra professores**. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822_salasocial_eleicoes_ocde_valorizacao_professores_brasil_daniela_rw. Acesso em: 20 nov. 2015.

³ OSP. **Violência nas Escolas do Distrito Federal**. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/node/2071>. Acesso em: 20 nov. 2015.

um costume e é algo bastante recorrente em sala de aula e no cotidiano. A violência é algo abrangente que está sujeito a várias definições [...] é uma parte da indisciplina que extravasa de uma forma mais agressiva em que dois lados se magoam e se machucam. A violência escolar é todo comportamento ou ação desenvolvida em sala de aula onde é fechado o campo de diálogo.

A diretora da EC 01 da Estrutural - DF (2014), professora Janaína, diz que “violência é um conceito subjetivo que, facilmente, está ligado à violência social, psicológica e aos outros tipos de violência que a sociedade vive”. Já o estudante Rafael Ramos do CEd 03 de Planaltina-DF, 1º ano do Ensino Médio / 2014, afirma que “violência é a exclusão”. O documentário apresenta, ainda, relatos relevantes para esta reflexão. Segundo a Coordenadora da Regional de Ensino de Planaltina-DF (2015), professora Queti Dietrich, os maiores desafios, dentro das escolas, estão relacionados à violência que vem de fora, ao *bullying*, e às famílias desagregadas. Para a professora Gláucia, a escola também sofre violência por parte do governo quando não oferece espaço apropriado para os estudantes, por exemplo. O prédio da Escola Classe 01 da Estrutural – DF, local onde a professora estava lotada em 2014, construído sobre um “lixão”, foi interditado pela Defesa Civil em maio de 2012 devido a gases tóxicos que eram exalados pelas tomadas de edificação. A escola, portanto, passou a funcionar, provisoriamente, no prédio da EAPE/DF (novembro/2014).

Com base nos dados e nos depoimentos apresentados, percebe-se que os membros da comunidade escolar do Distrito Federal encontram-se fragilizados diante do comportamento refletido nos estudantes por fatores ligados a conflitos ocorridos dentro da escola e nos arredores dela, pela ausência familiar na tomada de decisões, pelas relações interpessoais enfraquecidas nos segmentos escolares e pela precária intervenção política diante das necessidades que o sistema educacional apresenta. Se o universo escolar é marcado por um quadro de violência, caracterizado por evasão, inadimplência, indisciplina, tráfico de drogas e sucateamento, é preciso repensar a função social da escola. Visto que os fatores que conduzem à violência são provenientes de um conjunto diverso de causas e consequências, é viável que eles sejam tratados coletivamente. É pertinente, logo, fazer o seguinte questionamento: o que pode ser feito para sensibilizar a comunidade escolar diante da emergência de se unir forças para dar significado ao trabalho educacional?

Tal debate adquire consistência e eleva o nível das discussões quando abre espaço para o surgimento de novos modelos educacionais. O desempenho escolar vai além da ação

dos profissionais da educação e do comprometimento dos estudantes. A violência social necessita da intervenção do Estado e, se ela se manifesta no ambiente escolar, é preciso realizar as mudanças operacionais e organizacionais para que o trabalho se torne eficaz. Logo, propõe-se a ideia de se inserir um Policiamento Comunitário dentro das escolas por meio da multiplicação da filosofia de Polícia Comunitária. É fundamental voltar o olhar para as questões sociais para que seja possível, assim, lidar com os fatores causadores da violência escolar e agir, preventivamente, nas causas remediando as consequências. A Polícia Comunitária oferece subsídios plausíveis para que ocorra um Policiamento Orientado aos Problemas sociais, inclusive, aos escolares (Policiamento Orientado para o Problema – POP). Isso se deve ao fato de tal Policiamento expressar uma filosofia que atribui, à polícia e aos cidadãos, a responsabilidade de implantar e organizar Políticas Públicas de Segurança. Em outras palavras, trata-se de um compartilhamento de ideias e ações na tentativa de viabilizar o progresso social, os bons-costumes, o bem-estar e a tranquilidade geral.

As atuais reformas na área policial estão fundadas na premissa de que a eficácia de uma política de prevenção do crime e produção de segurança está relacionada à existência de uma relação sólida e positiva entre a polícia e a sociedade. (...) Isso significa o reconhecimento de que a gestão da segurança não é responsabilidade exclusiva da polícia, mas da sociedade como um todo. (Agnaldo S L Neto 09/09/2012 Legislação PMPR)

Nesse ponto, cabe ressaltar que a escola é um local por onde se deve passar toda a sociedade. Pode ser, portanto, um local apropriado para se estabelecer essa relação sólida entre polícia e sociedade e construir uma política de prevenção de violências. Segundo Marcelo P. das Neves de Oliveira, tenente da Polícia Militar do Estado da Bahia - Brasil (PMBA), em publicação ao PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania):

Na América Latina, as polícias vêm passando por uma crise de identidade, fruto da transição do período ditatorial, quando estavam muito ligadas às Forças Armadas, para a redemocratização, que exigiu uma mudança significativa de seu papel. Com isso, as organizações policiais latino-americanas têm sido vistas frequentemente como ineficientes no combate ao crime e violentas no trato com a população.

Este foi o contexto para a realização de experiências comunitárias no Brasil, Colômbia, Chile, Uruguai, Argentina, Paraguai, República Dominicana, no intuito de se recuperar o prestígio da Polícia. O PNUD (Programa das Nações Unidas para

o Desenvolvimento) tem desenvolvido em parceria com estes países, o Projeto Segurança Cidadã, que visa modificar o velho paradigma de gestão da segurança pública baseado na “Defesa do Estado” e na “Segurança Nacional”, para um modelo mais voltado para o cidadão.

A fim de envolver professores, coordenadores, supervisores, gestores, secretários, membros da carreira de assistência, psicólogos, nutricionistas, pedagogos, orientadores educacionais, profissionais do ensino especial, estudantes, familiares e demais membros da comunidade escolar com as práticas de uma Segurança Pública Cidadã, buscam-se alicerces que fundamentem o bom êxito de um trabalho educacional voltado para a proteção do cidadão. Assim, é viável implantar ações estratégicas de conscientização dos membros da comunidade escolar por meio de um Policiamento Orientado à Mediação Pacífica de Conflitos Sociais. Dessa forma, a Polícia Comunitária da Polícia Militar do Distrito Federal oferece subsídios que podem contribuir com o processo de formação de cultura, nas comunidades, por meio do *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária* proposto pela SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública). Todavia, para que o curso atenda às expectativas educacionais, dentro das escolas, é necessário adaptá-lo a propostas pedagógicas e à dinâmica escolar. Surge, então, o Curso *Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar*, um trabalho de interação dos membros da comunidade escolar com a polícia militar pelo coletivo comprometimento com as questões sociais. O curso elaborado e desenvolvido por educadores e policiais é a ação principal do Projeto *Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos*, fruto de uma união de ideias e ações entre Educação e Segurança Pública cujo objetivo é aproximar as escolas da polícia buscando qualificar os caminhos de prevenção de violências dentro da escola e no perímetro escolar além de fomentar uma cultura de paz social.

Na medida em que as pessoas se relacionam, solidariamente, umas com as outras, os conflitos tendem a ser mediados de maneira mais pacífica. Um grupo sólido acredita em sua própria capacidade de ação. Isso possibilita diagnosticar problemas nas comunidades e agir, preventivamente, na área da segurança. Por meio das ações do projeto supracitado, busca-se trabalhar temáticas de fortalecimento dos segmentos escolares por meio de princípios de solidariedade, responsabilidade, respeito e união, estimulando a troca de experiências para promover o espírito de cooperação em benefício do convívio social. É preciso educar protegendo e proteger educando.

No decurso do seu processo histórico, a escola passou a acumular várias funções sociais. Além de transmitir conhecimento, atribui-se, a ela, a responsabilidade de socialização [...]. Diante de tantos problemas, faz-se necessário repensar as funções sociais da Escola. A Escola Reflexiva, apoiada em políticas educacionais eficientes, deve ser o resultado da ação integrada de professores, alunos, pais, funcionários, coordenadores e diretor (a) em torno de projetos interdisciplinares e transdisciplinares que visam solucionar, de maneira prática, as demandas da instituição e buscam a formação integral dos educandos e a construção de uma escola alicerçada nos valores humanos. Portanto, a cooperação e a solidariedade são pontos fundamentais para a superação dos problemas educacionais⁴. Tássio Revelat.

5

A proposta de integração da comunidade escolar com a polícia busca, ainda, fortalecer a segurança nas escolas públicas por meio da formação de redes na sociedade. O trabalho com a comunidade é indispensável para identificar a influência da violência social sobre a sensação de insegurança instalada nas escolas e disseminada na sociedade.

DESENVOLVIMENTO

A Violência Social

Violência social é qualquer tipo de violência cometida por indivíduos ou pela comunidade, com uma finalidade social.⁶ Ela pode se manifestar de diversas maneiras, pode atingir proporções distintas e tende a afetar a sociedade de modo geral. É, comumente, proveniente de desentendimentos, desencontros, descuido, rebeldia, descontrole emocional, desrespeito à vida humana, desagregação familiar, diferenças econômicas, imposições, vingança ou por falta de comunicação, sabedoria e limites. Revela-se, muitas vezes, por meio de conflitos, discussões, segregação, discriminação racial, de gênero ou de classe, ameaças, agressões e diversos crimes.

A violência física tem um caráter explícito visto que decorre de ato direto e perceptível como uma lesão corporal, por exemplo. Já a violência psicológica apresenta um caráter implícito pois ocorre, geralmente, indiretamente, como no caso do *bullying* e das humilhações. A violência simbólica, também, se manifesta implicitamente na sociedade. No

⁴ Rede Social dos Amantes do Conhecimento. Disponível em: <http://artistasdesantoamarodeipitanga.ning.com/profile/TassioSimoes>. Acesso em: 12 nov. 2015.

⁵ Historiador, Poeta e Gestor Cultural.

⁶ Richard E. Tremblay, PhD. Université de Montréal, Canada e University College Dublin, Irlanda. Fev. 2012. Disponível em: <http://www.encyclopedia-crianca.com/violencia-social/sintese>. Acesso em: 12 nov. 2015.

entanto, ela provém de significações impostas como legítimas, é baseada em relações de poder e é reproduzida culturalmente⁷. Pode ser exemplificada pela difusão da contestável ideia de que homens são mais violentos do que mulheres por serem mais fortes.

Independente da capacidade do homem de vincular a procedência e o caráter da violência a alguma explicação científica e de buscar, com isso, algum entendimento para a crescente ocorrência de atos violentos, é necessário repensar a ideia da importância cultural sob a vida humana. O médico psiquiatra, Theodore Dalrymple, trata do tema de como o culto do sentimento⁸ “tem destruído nossa capacidade de pensar e até a consciência de que é necessário pensar”. A sociedade está imersa em um sentimentalismo absurdo que conduz a uma formação de cultura de direitos sem deveres. Isso não é cidadania.

O Culto à Vitimização e o “Coitadismo” Nacional

No Brasil, é crescente o número de pessoas que assumem a condição de vítimas do sistema e não a de responsáveis por criar um mundo melhor. Numa discussão que parece não ter fim, buscam-se argumentos que levem ao encontro dos culpados pelo fracasso do país na política, na economia e na vida social. Atribui-se muito valor à história que se passou e pouco, ao presente que se vive; muita importância a fatos isolados e pouca, aos efeitos deles na sociedade. Segundo o colunista Rodrigo Constantino, “o nosso país está mergulhado em um culto à vitimização. O que cada um sofreu na vida parece mais importante do que aquilo que desenvolvemos como habilidades e conhecimento”⁹ e isso traz sérias consequências à sociedade de modo geral. A família que é vítima não educa. A escola vítima não forma um indivíduo crítico. A polícia vítima não protege a sociedade. O Estado vítima não exerce a cidadania.

Instala-se, portanto, o cenário de vitimização no país onde, por exemplo, atribui-se a culpa da violência social a um sistema formado por grandes vítimas. E, ao passo que essas vítimas assumem um estado de neutralidade de atuação social, elas são direcionadas a um reducionismo intelectual que conduz, por sua vez, a um conformismo e, até mesmo, a uma legitimação de que se vive em um país em que nada pode ser feito para melhorar. Surge,

⁷ Stephen Stoer (2008, p. 86). **A Genética Cultural da Reprodução**. Educação, Sociedade e Cultural, nº 26, 85-90.

⁸ Theodore Dalrymple (2015). **Podres de Mimados – As consequências do sentimentalismo tóxico**.

⁹ VEJA. **O coitadismo nacional e o culto à vitimização**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/democracia/o-coitadismo-nacional-e-o-culto-a-vitimizacao/>. Acesso em: 30 out. 2015.

então, o “coitadismo nacional”. As vítimas passam a se justificar como não responsáveis pelas causas sociais e como incapazes de mudar essa lamentável realidade devido a uma sensação crescente de insegurança. É o pai que não controla o filho, o professor que é refém do estudante, a polícia que é subordinada aos ditames legais e o Estado que perdeu a credibilidade da nação. Há pouco material disponível que trate dos termos de “vitimização” e “coitadismo”; porém, ambos têm sido matéria de colunistas que tratam de aspectos ligados à sociedade e saúde. Veja:

O coitadismo acomete boa parte da população brasileira, consistindo em pessoas que passam a maior parte do tempo tomadas pelo sentimento de autopiedade. Geralmente, elas também são muito pessimistas e não fazem qualquer esforço para sair desta situação, acreditando que reverter tal quadro é algo impossível, ou seja, vão deixando a vida levá-las. (André, colunista)¹⁰

O fato é que Educação, Segurança, Economia, Política e demais questões sociais são responsabilidades coletivas e, para que gerem e mantenham ações exitosas, precisam estar integradas à seguridade social. A seguridade social está articulada como um direito na Carta Internacional de Direitos Humanos (artigo 22), conforme expresso a seguir:

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

No entanto, é preciso assumir as responsabilidades implícitas na aceitação desse direito. E essa conscientização faz parte de um processo educativo de formação de uma cultura de responsabilização e atuação social pelo bem comum. É preciso investir, em longo prazo, em uma cultura que permita, aos cidadãos, viver em uma sociedade integrada com bases comuns de proteção social. A segurança nas escolas, por exemplo, não é uma questão de Ordem Pública, apenas. Ela precisa de medidas repressivas, mas, depende de medidas preventivas para evitar novas ocorrências. Um trabalho de prevenção é um trabalho de

¹⁰ Disponível em: <http://www.mundodastribos.com/como-combater-a-sindrome-do-coitadismo.html>. Acesso em: 30 out. 2015.

formação de cultura. Formar cultura, por sua vez, é educar. Educação, por fim, traz Segurança. A família e a escola que educam trazem Segurança. A polícia que educa protege. Um pai seguro, um estudante seguro, um professor seguro e uma polícia educadora formam um Estado seguro e comprometido com as questões sociais. Promover essa integração pela paz social é exercer a Cidadania.

A paz é a aspiração, o desejo fundamental de toda pessoa de bom senso, entretanto, só pode ser atingida com a ordenação da potencialidade da comunidade em somação ao poder público em torno do ideal digno de uma segurança justa, cooperativa e interativa. A paz deve estar em constante ação no seio da sociedade, de maneira duradoura, não fugaz. (Archimedes José Melo Marques, Delegado de Polícia do Estado de Sergipe).

O Cidadão Policial e o Policial Cidadão

É considerado cidadão o indivíduo que tem direitos civis e políticos garantidos e respeita os deveres que lhe são conferidos. É aquele que goza de direitos legais e respeita a ordem pública. O verdadeiro cidadão é um ser humano consciente. Um cidadão consciente exerce suas responsabilidades com a Pátria. É um indivíduo que se compromete com as questões sociais e age em prol da coletividade. Já o policial, além de cidadão, é um membro de uma corporação responsável por manter a ordem pública e garantir o cumprimento da lei. Pode-se dizer que há uma estreita relação entre o cidadão e o policial.

O Cidadão é também, por excelência, um Policial. Pode e deve ele prender em flagrante delito quem quer que esteja cometendo um crime ou que o tenha acabado de fazê-lo, enquanto que, por sua vez, o Policial também é um Cidadão. Tais fatos, por si, já comprovam a estreita ligação que deve haver entre os dois. (Archimedes José Melo Marques, Delegado de Polícia do Estado de Sergipe).

Além de considerar as observações apresentadas, há pouco, pelo delegado, cabe elevar o pensamento a uma reflexão que, também, conduz à ligação entre o policial e o cidadão. Uma nação formada por cidadãos conscientes é constituída por membros que gozam de direitos legais e respeitam a ordem pública. Se respeitam a ordem pública, contribuem com a função do policial enquanto mantenedor da ordem. Pode-se considerar, portanto, que um cidadão consciente é um cidadão policial. E o policial que protege esse cidadão consciente é um policial cidadão. Consta na Constituição Cidadã, 1988, que a Segurança Pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio

por meio da polícia (e do corpo de bombeiros), mas, é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos (EC nº 19/98 e EC nº 82/2014).

Ainda, ao recorrer às origens e etimologia do termo “Polícia”, percebe-se, mais uma vez, a relação existente com o termo “Cidadão”. “Polícia” recebe a consignação originária latina *politia* e grega *politéia* e é definida como “um conjunto de leis ou regras impostas ao cidadão com a finalidade de assegurar a moral, a ordem e a Segurança Pública.” Segundo o professor Francisco da Silveira Bueno, o termo “polícia” significa “a arte de governar os cidadãos.”¹¹

O estudo das relações humanas constitui uma verdadeira ciência complementada por uma arte, a de se obter e conservar a cooperação e a confiança das partes envolvidas, por isso a necessidade preeminente de uma verdadeira e efetiva interatividade entre a Polícia e a sociedade para melhor se combater a violência e a criminalidade reinante no país.¹²

A Transição de Paradigmas

Muitas são as discussões a respeito da quebra de paradigmas. Pouco se discute, no entanto, como ocorre a formação de um paradigma e porque é importante que novos modelos surjam. Ao considerar a definição do dicionário *Aurélio* de que paradigma é um *conjunto de termos ou elementos que podem ocorrer (...) no contexto de uma estrutura*, pode-se entender, por exemplo, como as alternâncias de políticas públicas influenciam a construção, manutenção, reformulação e desconstrução de modelos sociais. As dinâmicas sociais se modificam de acordo com os contextos históricos e tendem a evoluir conforme a configuração de novas estruturas mediante novas formas de atuação. O mundo está em constante transformação; é importante que as dinâmicas dos sistemas evoluam. Para Kuhn¹³ (2003, p.218), *paradigmas são visões de mundo compartilhadas que influenciam a forma de pensar de determinado grupo, em determinada época.*

¹¹ BUENO, Francisco da Silveira, apud SANTOS FILHO, Antônio José, 200?, p. 1. Disponível em: http://www.paginadepolicia.com/artigos/origem_historica_%20policia.pdf. Acesso em: 11 dez. 2015.

¹² ALGOSOBRE. **A polícia comunitária é a essência da polícia** cidadã. Disponível em: <https://www.algosobre.com.br/interesse-publico/a-policia-comunitaria-e-a-essencia-da-policia-cidada.html>. Acesso em: 23 out. 2015.

¹³ Thomas Samuel Kuhn (1922-1996) foi físico e filósofo da ciência estadunidense.

Nesse âmbito, ocorreram, no Brasil, variações significativas no que concerne a iniciativas de Segurança. Para Moema Dutra Freire¹⁴, oficial de Programa da Unidade de Políticas Sociais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – (2015), essas variações estão, diretamente, associadas ao paradigma conceitual que alimenta cada uma dessas iniciativas. A profissional considera, no Brasil, três paradigmas principais na área de Segurança: Segurança Nacional (vigente durante o período da Ditadura Militar), Segurança Pública (ganha força com a promulgação da Constituição de 1988) e Segurança Cidadã (perspectiva que tem se ampliado na América Latina e inicia o debate no Brasil nos anos 2000).¹⁵ A Segurança Nacional priorizava a defesa do Estado e a ordem política e social. Já a Segurança Pública inova, em relação ao paradigma anterior, pelo destaque dado à Segurança como dever do Estado e direito e responsabilidade de todos. Já a atual perspectiva de Segurança busca atribuir, a esse modelo da Constituição de 1988 (Estado Democrático de Direito), valores no que tange à qualificação do controle e à esfera da prevenção por meio de políticas públicas integradas.

A fim de entender a dinâmica contemporânea da insegurança no Brasil e os esforços das políticas públicas em prevenir as violências e qualificar as ações de controle da ordem, é importante observar que as perspectivas atuais de segurança, por parte dos cidadãos, influenciam as transições entre paradigmas. Portanto, é preciso fomentar, na sociedade, uma formação cultural no que concerne ao entendimento dos novos conceitos de Segurança propostos como oportunidade de avanço nacional. Acredita-se que não se trata de quebra de paradigmas, mas, de implementações de práticas mediante entendimento e aprofundamento conceitual. Conforme publicação da revista eletrônica Aurora (2015):

Ao examinarmos as características do paradigma de Segurança Cidadã, especialmente, quando comparadas às presentes nas perspectivas apresentadas anteriormente (Segurança Nacional e Segurança Pública), nota-se uma grande mudança conceitual. Na perspectiva de Segurança Cidadã, o foco é o cidadão e, nesse sentido, a violência é percebida como os fatores que ameaçam o gozo pleno de sua cidadania. Em outras palavras, permanece a proteção à vida e à propriedade já presente no paradigma de Segurança Pública, mas avança-se rumo à proteção plena da cidadania.

¹⁴ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2002), mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (2005) e especialista em Desenvolvimento Humano pela PUC-MG (2006). Doutora em Sociologia na Universidade de Brasília.

¹⁵ AURORA ano III número 5 dez / 2009. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/FREIRE.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015. passim.

Essa nova visão de Segurança Pública propõe uma distribuição de competências e um comprometimento coletivo com as questões sociais para prevenir as violências. Assim, para que tenham êxito, as políticas públicas de Segurança Cidadã devem contar com a integração de diversas políticas públicas (educação, saúde, esporte, cultura etc) além das forças policiais. Essa integração deve ser compartilhada com a comunidade por meio de ações comunitárias. Nesse âmbito, percebe-se o valor da Educação nessa formação cultural de responsabilização do cidadão para o bem comum e para a paz social.

A comunidade também é destaque nesse processo: a gestão local da segurança aproxima os cidadãos da implementação da política, empoderando-os para uma maior atuação no tema e conferindo maior legitimidade às ações. As ações comunitárias ganham destaque nesse conceito e a construção de uma cultura cidadã na comunidade, incluindo o respeito às normas de convivência e a resolução pacífica de conflitos, é um dos pilares das ações de prevenção. (FREIRE, Moema Dutra, 2009).

A Constituição Cidadã

A atual Carta Magna, referente à Constituição de 1988, prima pelos direitos fundamentais e sociais do ser humano alicerçados na cidadania e na dignidade. Por essa razão, é considerada, por muitos historiadores, uma Constituição Cidadã. Tal Constituição foi a base para a fundamentação de uma nova Polícia, segundo Bueno (já citado), “uma polícia voltada para o povo, para efetivamente proteger o povo, para ser a guardiã das Leis Penais e da sociedade e com o intuito principal de manter a ordem estabelecida pelo Estado Democrático de Direito.”

A nossa Constituição tem o melhor capítulo de direitos e garantias fundamentais porque o seu fio condutor filosófico foi o homem, o ser humano. A Constituição de 1988 abre o seu pórtico logo com o ser humano. As Constituições Brasileiras anteriores, todas, cuidavam primeiro do Estado para cuidar depois do homem. Por isso, ela foi considerada Constituição Cidadã [...] (Deputado Federal Bernardo Cabral).¹⁶

A Polícia de combate ao cidadão da Ditadura Militar passa à Polícia em defesa do cidadão da Constituição Cidadã. Surge, então, no Brasil, uma Polícia que, mediante

¹⁶ AGÊNCIA BRASIL: Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-04/elaboracao-da-carta-de-1988-teve-ser-humano-como-referencia-diz-relator-da-constituente>. Acesso em 27 out. 2015.

legalidade, protege o cidadão digno de direitos e cumpridor de deveres. Esta é a Polícia Cidadã. À medida que as práticas policiais são galgadas na integração com a sociedade e no compartilhamento de ações em benefício da própria comunidade, a Polícia Cidadã assume uma missão Comunitária. O jurista, filósofo, escritor e professor Miguel Reale entende a Polícia Comunitária como a melhor e única solução a ser dada para resolver a preocupante questão da violência crescente no Brasil. Tal colocação é digna de atenção devido à necessidade indiscutível de se buscar medidas que evitem o surgimento de novas ocorrências de atos violentos e, não, apenas, de alternativas de combate à violência já instalada na sociedade. É preciso conscientizar a população de que valores de cooperação e confiança previnem a violência. Punir por atos violentos não garante que novos atos ocorram. É preciso educar a população. A Polícia Comunitária é, também, uma Polícia Educadora.

A Constituição de 1988 é uma das mais modernas do mundo; muito democrática e libertadora. Ficou famosa por colocar, na lei, orientações enfáticas dos Direitos Humanos da ONU. Destacaria o fato de ela ter criado os Conselhos de Segurança e Educação. Tais grupos teriam por responsabilidade definir os rumos desses dois serviços básicos bem como fiscalizar o uso do dinheiro destinado a esses órgãos.

Triste é dizer que uma Lei não muda a Cultura de um povo! Como não houve e não há uma orientação educacional e cultural para que os indivíduos participem desses Conselhos, com o passar do tempo, os caminhos tem sido traçados pelos gestores e a população tem ficado, cada vez mais, distante da participação de algum tipo de decisão. É preciso EDUCAR a população! É preciso mostrar a importância desses Conselhos... a importância de exercer a Cidadania. De nada adianta ter uma Constituição Cidadã se o povo não aprendeu a exercer a Cidadania! (Informação Verbal)¹⁷

A importância da Mobilização Social

É com bons olhos que a Polícia Cidadã vê os movimentos em prol da Segurança Pública crescerem por todo o Brasil. Instituições diversas já somam esforços com a Polícia. É a mobilização da sociedade civil em busca de soluções adequadas para combater o problema. O preceito constitucional de que a Segurança Pública é direito e responsabilidade de todos, finalmente já ganha terreno. Os Conselhos de Segurança dos Estados, das cidades, dos bairros, dos povoados crescem e se unem à Polícia Cidadã. Organizações não governamentais surgem e ajudam a Polícia a

¹⁷ Sousa, Adir Alves, Professor de História da SEDF. Entrevista pessoal, nov. 2015.

evitar ou desvendar crimes. Os sistemas de “disk denúncia” das Polícias já recebem um excelente número diário de telefonemas. A Igreja Católica na sua Campanha da Fraternidade lançou uma temática pertinente que tem como lema “A paz é fruto da Justiça” e que objetiva a promoção da igualdade, a ampliação do espaço da cidadania para todos com programas de reforma institucional que vem colhendo bons frutos.¹⁸

É notória a preocupação da sociedade brasileira em mediar os conflitos sociais contemporâneos e prevenir a violência. Percebe-se que, de certa forma, ocorre uma grande mobilização de diversas instituições e órgãos, governamentais ou não, em prol de uma Segurança Pública Cidadã. A força cresce, em todo o território, pela união dos esforços em prevenir e reprimir o crime. A população alia-se à Polícia Cidadã nessa nova forma de olhar, pensar e fazer Segurança Pública.

Temos de aproximar o policial da comunidade. O que é mais importante? É a comunidade. Vamos levar esse modelo de polícia comunitária a todo o DF [...] a minha preocupação sempre será o cidadão. (Coronel César – Comandante Geral da PMDF / 2015)¹⁹

Todavia, o fato de o cidadão reconhecer a Polícia como Cidadã não pode ser reduzido a ações paliativas. Programas com enfoques preventivos não podem ser tratados como iniciativas, meramente, momentâneas criadas para protelar crises. É preciso agregar valores de prevenção aos trabalhos de repressão qualificada. Os movimentos em prol da Segurança Pública precisam ganhar espaços e proporções cada vez maiores no âmbito cultural. Portanto, enquanto a Polícia Cidadã não for vista como uma nova forma de fazer Segurança Pública de modo que a essência da filosofia comunitária seja, culturalmente, enraizada na consciência do cidadão, a efetividade de suas ações será limitada. A Polícia Cidadã não é aquela que detém a força da solução para a violência; é aquela que promove a paz mediante a participação do cidadão e o protege enquanto promotor de cidadania. Pode-se considerar, diante de tamanha complexidade, que a conscientização do cidadão enquanto promotor de sua própria segurança

¹⁸ MARQUES, Archimedes José Melo. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/atualidades/a-policia-cidada-cidadao-constituicao-cidada.htm>. Acesso em: 27 out. 2015.

¹⁹ Entrevista disponível em: <http://sgtricardo-pato-pmdf.blogspot.com.br/2015/01/novocomandante-geral-toma-posse.html>. Acesso em: 28 dez. 2015.

é uma questão de mudança de pensamentos e comportamentos. É, pois, um processo educacional de formação do cidadão; deve, portanto, ser otimizado na escola. Adir Alves de Sousa, professor de História da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal há 15 anos, faz relatos interessantes com base em sua experiência em sala de aula:

Há um hábito perverso entre os alunos! Eles não gostam de denunciar os colegas; por medo ou por convenção. Isso reflete dois hábitos sociais. Primeiro, os cidadãos não conseguem associar o Estado ao indivíduo. Para a maioria, o Estado é uma entidade distante e paternalista que tem por obrigação cuidar da população. Segundo, no cotidiano, os cidadãos não denunciam; o delator é mal visto no seu meio, é, pejorativamente, chamado de “X9”. Sendo assim, a prática, na escola, reflete a prática social.

A Violência Escolar

Por volta das 12h, já estava na última aula, quando, com muita dificuldade, fui buscar alunos fora da sala, onde dou aulas como professora eventual. A aula prosseguia normalmente quando uma aluna me pediu para sair. Como não pude conceder sua vontade de ficar passeando pela escola, (ela me pediu umas 3 vezes) porque o regimento da escola segue que: alunos só podem se ausentar da sala de aula na segunda e quinta aulas, como já era a sexta aula, não a deixei sair. Ainda argumentei com ela: você está ficando muito fora da sala, não pode... Quando a mesma se levantou e veio até mim pedindo pra eu provar que ela ficava fora da sala. Eu falei que não precisava provar que eu mesma tinha visto. De forma agressiva e aos berros a mesma apontou o dedo na minha cara, desferindo, a seguir, socos na minha cara e chutes pelo meu corpo. Tentei me defender, mas como não sou nenhuma mocinha, e não estou acostumada a lutar, com certeza, eu apanhei muito... Tenho relatos de que a mesma estava com porte de entorpecentes no interior da escola, por isso o desespero em sair da sala de aula. [...] fiz exames da face porque o médico suspeitou de um possível sangramento interno... Mas, como Deus é muito bom, nada foi constatado. Por cumprir as regras da escola, que por sinal são justas e valem para todos, fiquei do jeito que verão a seguir, mas, o que mais dói é ver pessoas defendendo esse monstro porque eu deveria apanhar calada sem me defender...me defendendo eu fiquei assim. Se não tivesse me defendido, talvez, hoje, estaria na U.T.I. de um hospital ou talvez até morta...O que mais entristece ainda é ver o apoio que ela tem da mãe dela justificando o que ela fez... que eu não deveria ter me defendido das agressões da filha dela! Professor merece apanhar calado, deve ceder aos caprichos de filhos que foram abandonados pela família... Meu corpo dói, mas a minha alma sangra... Não sei se voltarei pra sala de aula, estou assustada e com medo! (Anônimo)

Por meio desse relato de um professor estadual brasileiro, percebe-se a vulnerabilidade do sistema público de Educação do país. Diante desse triste cenário do ambiente escolar, é possível identificar várias falhas em todo o processo: professor sem autonomia, escola sem autoridade, medidas ineficazes, relações mal estabelecidas, comunicação ineficiente, ausência familiar, comunidade escolar vulnerável. Tais falhas geram vários tipos de violência nas escolas: injustiças, autoritarismo, ameaças, agressões físicas e verbais, uso e tráfico de drogas, entre outros. Tanto as causas como as consequências são fatores preocupantes e dignos de atenção na luta contra a violência escolar. No entanto, o que gera grande inquietação é o resultado de tudo isso: o culto à vitimização e o “coitadismo” nacional (referências abordadas anteriormente), seja pela condição do professor ou do estudante, seja pela escola, pela família ou pelo Estado.

A alienação do indivíduo à sua própria incapacidade em mediar conflitos e estabelecer relações interpessoais positivas adoce a comunidade escolar. A escola que deveria ser espaço de formação de cidadãos não se fundamenta em uma base cidadã na qual os direitos humanos são embasados em princípios éticos. Outrossim, falha-se ao não se priorizar as lideranças escolares como fiéis representantes da comunidade escolar. Os grandes líderes são dignos de confiança e respeito; uma autoridade que não cativa fidelidade nas relações não exerce liderança e não forma uma rede de proteção sólida. E, onde não há segurança legítima, não há educação de qualidade.

Não há mais espaço para tratar a violência escolar como algo normal e, portanto, aceitável. A violência é algo comum na atualidade; logo, precisa ser enfrentada. A Educação precisa de um olhar sensível de toda a comunidade. É preciso investir em políticas públicas de prevenção e enfrentamento de violências nas escolas.

A Emergência de Novos Modelos

A proposta de um novo modelo educacional de segurança fundamenta-se num olhar que agrega valores da Educação e da Segurança Pública. De acordo com o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, compete às Coordenações Regionais de Ensino: “Envidar esforços para garantir a qualidade da educação” e “Promover a execução de programas e projetos da área educacional” (Art. 159 – VII e XVII). Segundo o Plano Estratégico 2011-2022: Planejando a Segurança Cidadã do Distrito Federal no Século XXI / Polícia Militar do Distrito Federal, é considerada identidade estratégica da polícia militar:

“Promover a segurança e o bem-estar social por meio da prevenção e repressão imediata da criminalidade e da violência, baseando-se nos direitos humanos e na participação comunitária”.

O curso Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, assim como as demais ações do projeto Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos, estão em perfeita consonância com o Plano Estratégico da Polícia Militar do Distrito Federal (2011-2022) “Planejando a Segurança Cidadã do Distrito Federal no Século XXI”. (Informação verbal documentada)²⁰

A proposta de parceria entre Educação e Segurança Pública por meio do projeto *Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos* se destina a realizar um trabalho mais completo de segurança nas escolas. Partindo do princípio de que parte da violência na escola se deve à violência que ocorre fora dela, é preciso desenvolver planos de ação no perímetro escolar assim como se faz necessária a implantação de ações estratégicas de formação dentro das escolas. Desse modo, é reconhecida a valiosa contribuição da polícia militar, neste trabalho, pelo fato de a corporação ser formada por batalhões específicos para as ações de maior necessidade nas escolas. Enquanto a polícia comunitária fomenta uma cultura de paz e de responsabilidade social, o batalhão escolar contribui com medidas mais específicas de orientação e combate à violência e, ainda, os batalhões locais viabilizam uma sensação de integridade do ambiente escolar. Essa proposta visa envolver a escola com a família e formar redes com as lideranças locais; assim, é possível consolidar a ideia de Segurança Cidadã por meio da união das forças necessárias.

A insegurança nas escolas pode ser determinada pela violência social devido à interferência que esta manifesta no processo educativo. Logo, acredita-se que a segurança escolar pode ser construída socialmente. No intuito de validar essa hipótese, objetiva-se orientar os membros da comunidade escolar a fim de torná-los agentes responsáveis por um ambiente protegido e seguro construído dentro das escolas públicas do Distrito Federal. Tal orientação baseia-se no conhecimento do funcionamento dos sistemas brasileiros de Educação e de Segurança Pública visto que uma área pode estar ligada à outra na solução dos problemas vivenciados dentro das escolas. Analisar os paradigmas de Educação e de Segurança Pública vigentes no Distrito Federal, então, é interessante para demonstrar a viabilidade de um modelo indissociável voltado para a proteção do cidadão. É importante identificar os fatores

²⁰ Major José Gabriel de Souza Júnior – Chefe da Divisão de Polícia Comunitária – CPCDH / PMDF, 2015.

responsáveis pela falta de proteção dentro das escolas, portanto, é preciso observar o ambiente em busca de problemas imediatos para que seja possível descrever as fragilidades da comunidade escolar. Justifica-se, portanto, uma proposta de melhoria para as questões mencionadas por meio da implantação de novos modelos de proteção e educação dentro das escolas. Para tanto, busca-se fomentar uma cultura de paz e de responsabilidade social no ambiente escolar. Além de solucionar problemas imediatos, acredita-se que qualificar o grupo escolar e prepará-lo para mediar conflitos são fatores que podem contribuir para a continuidade do trabalho educacional com segurança.

Logo, é necessário sensibilizar as lideranças escolares diante dos benefícios de se inserir, no Projeto Político Pedagógico – PPP – das escolas, um trabalho comunitário voltado para a proteção da Educação desconstruindo o trabalho reducionista da ação ostensiva da polícia. Segundo Paulo Roberto Padilha, diretor do Instituto Paulo Freire, em São Paulo, “o PPP se torna um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazo.” Implantar inovações e implementar ações são tarefas árduas e demandam persistência até que se alcancem resultados satisfatórios. Se existe a preocupação em inovar as práticas de Segurança Pública, é preciso haver interesse em potencializar as práticas de Educação visto que ambas as áreas devem caminhar em conformidade. É preciso incentivar novas atitudes comportamentais a fim de tornar os colaboradores agentes da inovação.

A Polícia e a Comunidade Escolar

Viver em comunidade exige ações comunitárias. Segundo Durkheim, a solidariedade forte aproxima os homens. É indiscutível o poder da união de forças e da integração de ações na caminhada por uma Educação sustentável e por uma Segurança de qualidade. Se a insegurança nas escolas é determinada pela violência social, é preciso qualificar os meios de prevenção da violência dentro da escola e no perímetro escolar. Por outro lado, se a violência social não é fator determinante para justificar a insegurança nas escolas, é preciso, então, identificar tais fatores para que estratégias de segurança sejam criadas nas escolas. De uma forma ou de outra, a segurança escolar é um problema de cunho social. O projeto: *Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos* depende da sólida parceria entre a Comunidade e a Polícia por se tratarem de instituições com ideais promissores de desenvolvimento de estratégias e avanço social.

Em reportagem ao telejornal *Balanço Geral – DF*, rede *Record* de televisão, em maio de 2015, o Coordenador da Regional de Ensino de Ceilândia, professor Marcos Antônio de Souza, faz um apelo pela questão da segurança dentro das escolas.

O problema de violência, hoje, não é um problema exclusivo da educação; ele está na sociedade. Nós temos, aí, uma crise mundial, principalmente, uma crise, no Brasil [...] nós precisamos de uma ação coletiva que é o que nós estamos fazendo agora juntando todos os diretores pra fazer uma discussão a respeito de todos os pontos que envolvem a segurança pública nas escolas. O Centro de Ensino Fundamental 04, em específico, está com o Batalhão Escolar para dar certa segurança, quebrar, um pouco, o ritmo da violência que vem acontecendo na escola junto com as ações que são feitas com a própria Secretaria.

A escola, mencionada acima, foi fechada pela direção e teve as aulas, provisoriamente, suspensas, em maio de 2015, devido a ameaças por parte de traficantes. Exemplos como o supracitado alertam para a situação de insegurança nas escolas públicas do Distrito Federal. Os segmentos escolares encontram-se fragilizados diante de tanta violência. Violência gera mais violência e uma escola ameaçada encontra sérios problemas ao tentar mediar conflitos. Os professores, amedrontados, tornam-se reféns de atos violentos; as relações interpessoais se enfraquecem e a qualidade do ensino diminui cada vez mais. O policiamento repressivo é, indiscutivelmente, necessário; porém, cabe observar como permanece o grupo da escola diante de uma atmosfera violenta se não há uma formação consistente de proteção coletiva.

Percebe-se, claramente, a viabilidade da ação de uma polícia de aproximação à comunidade escolar (direção, professores, estudantes e familiares, principalmente) que leve à reflexão das origens das violências e das crescentes ocorrências delas. Segundo a socióloga Graça Gadelho, “precisamos discutir o conceito de violência e entender que ela nunca acontece de forma isolada. É sempre cumulativa.” Disse, ainda, que “a rede de proteção só funciona de forma integrada quando os atores dialogam.”²¹ Conclui-se, portanto, que buscar um modelo que proteja o ambiente escolar, fortaleça os envolvidos nele e propicie uma educação segura depende de uma ação integrada e de práticas compartilhadas.

²¹ CERTIFICADO DIGITAL. Em seminário, socióloga diz que violência “parece estar no DNA da sociedade” (grifo do autor), 12 nov. 2015. Disponível em: <http://www.clebertoledo.com.br/estado/2015/11/12/73746-em-seminario-sociologa-diz-que-violencia-parece-estar-no-dna-da-sociedade>. Acesso em: 17 out. 2015.

O Policiamento Comunitário e a Escola

A Escola é um ambiente de formação de cidadãos críticos e conscientes e propicia caminhos de responsabilidade para a atuação dos indivíduos na vida social. Porém, para que esse trabalho tenha bom êxito, é importante que a escola seja formada por um grupo sólido com perspectivas de construção coletiva. Esses são ideais condizentes com a filosofia comunitária; portanto, a escola é um espaço adequado para essa discussão democrática e participativa.

Identificar as variantes que geram a violência escolar é importante para direcionar cada medida proposta pelo trabalho educacional orientado pelas ações do policiamento comunitário dentro das escolas. Chama a atenção, por exemplo, a quantidade de gastos gerados com remediação de situações dentro das escolas que vão desde a crescente contratação de servidores para substituírem afastamentos por motivo de saúde até a reparação de bens públicos depredados e/ou subtraídos. Outros fatores como a falta de professores que ocasiona períodos sem aula, reduções de horários e outras medidas, acarretam a vulnerabilidade dos estudantes fora das salas de aula e, por conseguinte, geram mais violência dentro das escolas e nos perímetros escolares. Acredita-se que tais fenômenos possam ser reduzidos com um trabalho de prevenção nas escolas no intuito de discutir a respeito de valores de responsabilidade, tolerância e convivência.

O Distrito Federal conta com uma unidade específica de policiamento escolar projetada para atender as escolas públicas e privadas assegurando a tranquilidade do ambiente. O batalhão escolar da polícia militar do Distrito Federal apresenta ferramentas valiosas para prevenir violências por meio da repressão qualificada. No entanto, as ações policiais não devem se limitar a mobilizações reativas²². Mais uma vez, ressalta-se a importância da proatividade nas estratégias do policiamento comunitário; práticas já implementadas pela polícia militar.

O batalhão escolar é um projeto de governo que antecede o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA -. Trata-se de mais uma ferramenta de apoio ao ECA que busca resguardar o ambiente escolar. O batalhão atua, diariamente, na mediação de conflitos e vai, portanto, ao encontro da doutrina da polícia comunitária. Um exemplo dessa atuação é a criação de polos nas escolas que apresentam maior

²² Cf. TONRY, Michael e MORRIS, Norval Morris. **Policiamento Moderno**. Livro 7 da Série Polícia e Sociedade. São Paulo: Ford/NEV/Edusp, 2000.

vulnerabilidade (postos fixos do batalhão escolar) para apaziguar a situação da violência escolar. São 17 polos no Distrito Federal. Não há um policiamento fixo em todas as Regionais de Ensino do DF, mas há visitas preventivas periodicamente. O desenvolvimento de projetos educacionais pode contribuir bastante com as ações da polícia. Ações que venham a somar esforços tendem a melhorar a situação do ambiente escolar. (Informação Verbal, 2015)²³

A Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar

Com base nas reflexões, aqui, propostas, a polícia cidadã pode contribuir, valiosamente, com o trabalho educacional por meio da multiplicação da filosofia comunitária, nas escolas públicas do Distrito Federal, em seis temáticas principais: *Segurança Pública Cidadã, Ética e Direitos Humanos, Relações Interpessoais, Mediação de Conflitos, Liderança e Construção de Redes e Qualidade em Educação e Segurança Pública*. Tais abordagens conferem formato ao Curso *Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar*, a principal ação do Projeto *Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos*. Cabe ressaltar que o projeto trabalha em conformidade com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal por meio da Subsecretaria de Segurança Cidadã e da Subsecretaria de Gestão da Informação.

As ações do projeto estão de acordo com a política de Segurança Pública do Governo de Brasília por meio do Programa Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida. [...] o curso, em comento, se coaduna com as iniciativas desta subsecretaria, prevenindo violências e promovendo a cidadania. (Informação verbal e documentada em 2015)²⁴.

Segurança Pública Cidadã

Acredita-se que a participação do cidadão em prol de sua própria segurança viabiliza um trabalho de proteção coletiva e contribui para diminuir o medo da violência. É notória, na atualidade, a falta de esperança e a incredulidade diante da possibilidade de melhorias na ordem social. Vivencia-se uma realidade em que o indivíduo, em geral, atribui a culpa do fracasso social ao Estado e assume, indiretamente, a irresponsabilidade de seu papel enquanto

²³ Coronel Júlio César Lima de Oliveira, Comandante do Comando de Policiamento Escolar da Polícia Militar do Distrito Federal, 2016.

²⁴ Dra. Márcia Alencar, Subsecretária de Segurança Cidadã / SSPDF, 2015; atual Secretária de Estado de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal (2016).

cidadão. No entanto, assumir essa responsabilidade é tomar para si o papel de cidadão e contribuir para viver em sociedade. Nesse ponto, entra o trabalho da Polícia Comunitária que busca os anseios e as preocupações da comunidade no intuito de traduzi-los em procedimentos de uma Segurança Pública mais efetiva.

Para entendermos segurança pública, é necessário entendermos, também, a sociedade onde se manifestam os eventos criminais. Na sua grande maioria, a violência se manifesta através de ações ou omissões deixadas pelo Estado e/ou pelos próprios cidadãos; é o conjunto das mazelas sociais que deságuam na vida da sociedade levando à criminalidade. Neste contexto, a sociedade deve procurar ter um novo olhar, um novo saber e, principalmente, um novo fazer em Segurança Pública, procurando caminhos para que os problemas da sociedade atual (miséria, desagregação familiar, desigualdade social e outros) possam ser resolvidos pela sociedade, pelos órgãos governamentais “responsáveis ou não pela Segurança”, compartilhando ações e ideias com uma maior e melhor efetividade para o bem comum. Nessa perspectiva, o Projeto “Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos” tem um papel de extrema importância, pois é direcionado para a comunidade escolar, no ambiente escolar, lugar ideal para que seja fomentada a ideia de Segurança Cidadã. Oportunidade valiosa para que toda a sociedade participe e reconheça a escola como um local onde se buscam maiores e melhores condições de crescimento durante toda a vida compreendendo a realidade do meio em que vive. (Informação Verbal)²⁵

Ética e Direitos Humanos

A Polícia Comunitária é estruturada com base no Estado Democrático de Direito e no Respeito aos Direitos Humanos. A Constituição Brasileira de 1988 institucionaliza um Estado “destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”. Estabelecer esse diálogo, dentro da escola, auxilia na conscientização dos membros da Comunidade Escolar diante da necessidade de se respeitar limites e individualidades a favor do bem coletivo.

²⁵ Sargento Sérgio Santos, CPCDH / PMDF, aula ministrada na disciplina Segurança Pública Cidadã, do curso Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, 2016.

O estabelecimento de uma sociedade segura e harmoniosa passa, necessariamente, pelo respeito mútuo, pela garantia do pleno exercício dos direitos humanos e pelo fato de reconhecer a si mesmo como membro integrante da sociedade e corresponsável pela segurança pública e bem estar de todos. Tal postura exige conhecimentos básicos em Direitos Humanos e em Ética, pois essas áreas do conhecimento se prestam, justamente, a fomentar tais comportamentos. Nesse sentido, o projeto “Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos” se mostra uma excelente oportunidade para fornecer, aos jovens, o saber mínimo necessário em Direitos Humanos e Ética, fomentando, nestes jovens, um comportamento mais pautado no respeito ao “outro”, provocando-os a refletir sobre que sociedade nós queremos. (Informação Verbal)²⁶

Relações Interpessoais

É natural que as pessoas tenham divergências e manifestem ideias e comportamentos distintos. As opiniões são verdades relativas e é necessário que o indivíduo saiba lidar com o diferente para viver em sociedade. É muito comum a falta de harmonia e a resistência existentes entre profissionais de áreas diversas no que concerne à tomada de decisões, por exemplo. Vários debates são gerados, com frequência e, muitas vezes, não se chega a consenso algum. Tal atitude finda por segregar grupos e isolar pessoas. No âmbito escolar, essa realidade pode dificultar o trabalho pedagógico. É preciso estabelecer relações interpessoais entre os partícipes do processo de ensino/aprendizagem a fim de viabilizar a produtividade do trabalho educacional.

Para a eficácia do relacionamento interpessoal, o processo da percepção do outro exige um processo de crescimento pessoal que envolve a autopercepção, autoconscientização e autoaceitação para possibilitar a percepção realística dos outros e da situação interpessoal. (Maria Júlia Belota Lopes – Del PCAM)

O desenvolvimento de contatos pacíficos entre seres humanos está, diretamente, ligado à habilidade em negociar situações, ao modo de proceder com outras pessoas e aos tipos de relações estabelecidas. Em outras palavras, é preciso assumir um papel diplomático nas relações entre pessoas. Essa diplomacia interpessoal deve agregar princípios educacionais

²⁶ Cabo Gmayeel Wistemann, CPCDH / PMDF, aula ministrada na disciplina Ética e Direitos Humanos, do curso Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, 2016.

e deve estar vinculada à cultura de uma sociedade. Relações interpessoais positivas previnem violências e empoderam boas condutas para uma pacífica convivência entre seres humanos.

A disciplina de relações interpessoais tem, em seu contexto, o objetivo de contribuir para que as pessoas vivam de forma harmônica entre si em uma sociedade; sociedade, esta, que necessita de cooperação entre seus membros. A proposta é trabalhar o olhar sobre o outro de maneira menos egoísta e mais prazerosa influenciando boas ações na coletividade. No projeto, hora apresentado, faz-se sensata a aplicação dessa disciplina, pois a transformação da sociedade, por meio da educação, torna-se mais coesa, mais amorosa, até. A escola proporciona uma realidade onde muitos sentimentos humanos são liberados em diversos momentos e tendem a ser transformados gerando comportamentos diversos. Percebe-se, durante o desenvolvimento do projeto, o quanto os participantes, muitas vezes, não sabem lidar com esses sentimentos e como reagem de formas variadas. Por isso, a importância do analisar para decidir. E, no processo decisório, o dever de equilibrar nossas vontades e a dos outros. (Informação Verbal)²⁷

Mediação de Conflitos

Um dado curioso chama a atenção dos envolvidos em Segurança Pública: grande parte dos conflitos cotidianos não constitui fato típico criminal. São conflitos interpessoais e alcançam índices superiores a 60% dos casos (dados de natureza informativa colhidos em todo o país junto aos policiais e guardas que participaram das 11 edições do Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária, em 2006). Surge a necessidade, então, de se empenhar num trabalho de conscientização social no que concerne à mediação pacífica de conflitos. E sua aplicação se faz bastante relevante em conflitos escolares. Os educadores, muitas vezes, envolvidos com os conteúdos ou intimidados pela desordem, não estão preparados para promover um ambiente participativo de controle sobre os conflitos. É necessário trabalhar a comunicação entre os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem conduzindo a um entendimento comum. Sabe-se que o orientador educacional e o psicólogo podem atuar com eficácia na mediação de conflitos, mas, é muito importante que os demais segmentos escolares interajam nessa conduta porque todos estão suscetíveis a se deparar com situações adversas.

²⁷ Cabo Cristiano Lucena, CPCDH / PMDF, aula ministrada na disciplina Ética e Direitos Humanos, do curso Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, 2016.

A aplicação do conteúdo referente à disciplina de Mediação e demais meios de resolução de conflitos é de suma relevância para o projeto em comento pois, por meio desse, almeja-se criar condições para que os profissionais da área da Educação possam agregar conhecimentos necessários para identificar situações de conflito e buscar, juntamente com os conflitantes (comunidade escolar como um todo), alternativas de solução. Tais habilidades, além de contribuírem para o fortalecimento da resolução dos conflitos de forma participativa, construtiva e pacífica, também, contribuirão para a minimização de conflitos interpessoais e intergrupais que poderiam culminar em episódios de violência e crime. (Informação Verbal)²⁸

Liderança e Construção de Redes

Da mesma maneira que não há educação sem proteção, não existe segurança sem conhecimento. Ainda, não existe legitimação de ações educacionais e de segurança sem o reconhecimento das lideranças envolvidas e sem o suporte de colaboradores. E as parcerias não se consolidam sem intervenção política. É preciso construir redes sólidas de comprometimento com as questões sociais. Conforme bem explana a SENASP, em sua matriz curricular:

A polícia deve trabalhar em parceria com a comunidade, com o governo, outras agências de serviço [...]. Os membros da comunidade devem estar envolvidos em todas as fases do planejamento do policiamento comunitário.

O Projeto *Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos* pressupõe um trabalho que envolve lideranças que representam a comunidade: as Coordenações Regionais de Ensino e a Polícia Militar. No entanto, para que o projeto tenha uma visão mais ampla pela comunidade, é necessário trabalhar em redes cada vez maiores. Buscar a colaboração das autoridades locais é de suma importância. Além de trabalhar a importância do envolvimento da comunidade com as lideranças locais, o curso visa trabalhar a formação das lideranças dentro das escolas como um fortalecimento das equipes para a qualidade do ensino. Consta no Regimento Escolar do DF (art.18) que “as instituições educacionais têm a seguinte organização pedagógica: Conselho de Classe, Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional e Apoio à Aprendizagem”.

²⁸ Sargento Flávio Barbosa, CPCDH / PMDF, aula ministrada na disciplina Relações Interpessoais, do curso Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, 2016.

Reflexões acerca da formação de Conselhos e de Liderança podem fortalecer a constituição dos Conselhos Escolares e enriquecer, inclusive, os Conselhos de Classe. Além disso, fornecem subsídios para a implementação dos tipos de organização pedagógica institucionalizadas nas escolas. Esses grupos precisam se consolidar e se comunicar para que seja possível educar com segurança.

Segundo considerações do Cabo Rogério Sena (CPCDH / PMDF, 2015), a temática em questão:

trata de conhecer os aspectos culturais e históricos do modelo e liderança mais utilizados pelo brasileiro. Conhecendo seus pontos fortes e suas fraquezas, de modo a permitir o reforço daquilo que é positivo para o resultado além de uma reflexão e mudança nos aspectos negativos do modelo brasileiro de liderança. O tema discute ainda os aspectos históricos do educador brasileiro, de modo a despertar o olhar crítico sobre sua atitude e proatividade no fazer diário. A formação de liderança é fundamental para que sejam mobilizadas pessoas que possam influenciar outras pessoas a mudarem a realidade de locais onde imperam o medo, a insegurança bem como os atos de violência que destroem o ambiente e, conseqüentemente, as relações humanas. O Projeto Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos tem sua importância no sentido de agregar conhecimentos de uma nova forma de pensar e mobilizar pessoas que são líderes natos no ambiente escolar, os educadores, professores, pais e outros, fazendo-os analisar como multiplicadores no espaço escolar e fora dele, como a mudança de atitude, a motivação, a união das pessoas e o sentimento de pertencimento podem ser benéficos na transformação da sociedade visando sempre o bem comum.²⁹

Qualidade em Educação e Segurança Pública

Diante de tantos objetivos a se alcançar na promoção de uma orientação de qualidade que vise à segurança escolar, é indispensável gerenciar a rotina estabelecida dentro das escolas. Com a criação de estratégias e definição de metas é possível garantir meios para que o nível operacional seja produtivo e traga resultados positivos para as condutas pedagógicas.

Um grupo sólido tende a agir cooperativamente. Com o empenho de todos os envolvidos, é possível diagnosticar os problemas causadores e mantenedores de violência no ambiente escolar. Uma vez identificados os fatores responsáveis pela falta de proteção na escola, o trabalho é direcionado para a busca das medidas necessárias para se atingir os fins

²⁹ Aula ministrada na disciplina Liderança e Construção de Redes, do curso Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, 2016.

de uma educação satisfatória. Tais princípios são, também, observados na conduta policial que utiliza o método IARA (Identificar o Problema, Analisar, Responder e Avaliar) no Policiamento Orientado para o Problema (POP). Conforme fundamentação do Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária, “A quantidade e qualidade das informações obtidas têm impacto decisivo na solução do problema, por isso, todas as possíveis informações sobre o problema devem ser obtidas.”

A polícia e a comunidade devem trabalhar juntas para identificar e solucionar os problemas contemporâneos com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de cada localidade. Investir na qualidade de educação local leva à prevenção de violências e à redução da sensação de insegurança. Para o Sargento Edilson Serafim (Comunicação Social / PMDF), é importante trabalhar uma temática, dentro das escolas, que prime por uma gestão pela qualidade em Segurança Pública uma vez que é importante mostrar à comunidade que a polícia é um serviço público e não, somente, um poder público. Segundo o policial, é indispensável demonstrar à população que é dever do Estado prestar um serviço de qualidade para que, a cada dia, se construa uma relação de confiança entre a polícia e a sociedade. Conclui o sargento que:

Por meio do projeto “Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos”, temos a oportunidade de mostrar como é importante essa prestação de serviço e como a população pode ajudar na construção de políticas públicas que visam contribuir para alcançar uma maior qualidade em Segurança Pública.³⁰

METODOLOGIA

Paradigma Interpretativo e Positivista

O intuito é interpretar dados colhidos por meio de pesquisa (questionário a respeito da violência dentro da escola e no perímetro escolar) e influenciar a realidade do ambiente escolar por intermédio de medidas preventivas.

³⁰ Aula ministrada na disciplina Qualidade em Educação e Segurança Pública, do curso Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar, 2016.

Tipo de Pesquisa Descritivo com proposta de melhoria e Quase-experimental

O intuito é identificar as variantes que geram a violência escolar e apresentar uma proposta de trabalho educacional orientado pelo Policiamento Comunitário dentro das escolas por meio dos princípios de uma Segurança Pública Cidadã. Pretende-se observar essas variantes por meio do desenvolvimento de um projeto educativo nas escolas públicas do Distrito Federal.

Metodologia Quali-Quantitativa

Por meio de um questionário semiaberto, pretende-se colher dados e informações acerca dos tipos de violência vivenciados no ambiente escolar.

Design: Pesquisa-Ação

Com base na análise e interpretação das informações e dos dados colhidos nos questionários aplicados nas escolas públicas, será apresentada a proposta de uma prática pedagógica agregada à filosofia de um trabalho comunitário. Este trabalho comunitário é voltado para uma troca de experiências entre os membros da Comunidade Escolar em conjunto com a Polícia. O intuito é capacitar a Comunidade Escolar no que corresponde à Mediação de Conflitos e fortalecer as Relações Interpessoais no ambiente escolar. Esse processo deve se adequar à proposta de um curso entre educadores, educandos, gestores e demais servidores da escola junto com policiais e familiares. No decorrer do curso, pretende-se diagnosticar os conflitos vivenciados no ambiente escolar e orientar a resolução deles. A participação do grupo, as reflexões feitas, as discussões geradas no ambiente escolar são ricas fontes de investigação e orientação. Acredita-se que fazer parte do processo, vivenciar as angústias e presenciar os anseios são fatores determinantes para uma valoração mais precisa da pesquisa e para o enriquecimento dos resultados estimados diante da proposta apresentada. Além disso, busca-se, já, atingir a realidade escolar com a implantação de uma filosofia voltada para a responsabilização do cidadão enquanto agente transformador de sua própria realidade. Cada aspecto observado durante esse processo será usado como fonte de pesquisa para a validação do trabalho e para direcionamento das intervenções necessárias. Cabe dizer, então, que essa pesquisa-ação concerne a uma proposta de formação continuada e, empiricamente, fundamentada de aprimorar a prática educacional por meio da construção de um ambiente escolar seguro e de qualidade.

RESULTADOS

A Fase Piloto e suas Implicações

Em junho de 2015, a Coordenação Regional de Ensino – CRE – de Planaltina-DF firmou uma parceria com o Centro de Políticas Públicas – CPP –³¹ da Polícia Militar do Distrito Federal por meio do Projeto: *Segurança e Cidadania – Construindo Caminhos Juntos*, realizaram o Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária em escolas públicas de Anos Finais e Ensino Médio situadas em Planaltina-DF. A fase piloto do projeto³² foi realizada no Centro Educacional 03 – CEd 03 – localizado no Bairro Jardim Roriz de Planaltina-DF e no Centro Educacional Dona América Guimarães – CEd DAG – localizado no Bairro Arapoangas de Planaltina-DF, áreas da região ameaçadas pela violência. Segundo publicação do *Correio Braziliense* / 2010:

A polícia atribui o incremento da violência nos bairros mais carentes de Planaltina ao avanço do consumo e do tráfico de crack na região. Assim como no restante do Distrito Federal, as pedras tomaram o lugar da merla na preferência dos traficantes e dos usuários do Pombal, de Arapoangas, do Buraco Fundo e do Jardim Roriz. Com a possibilidade de aumento dos lucros, os donos das bocas declaram guerra em busca de novos pontos.

A dura realidade é que as portas das escolas são marcadas como pontos estratégicos para essas ocorrências. E, infelizmente, a criminalidade, no perímetro escolar, perpassa os muros das escolas e se faz presente em todo o ambiente escolar. Exemplos como esse geram outros tipos de violência nas escolas e causam danos ao processo de Ensino/Aprendizagem. É preciso mudar essa realidade. De acordo com o delegado da 31ª Delegacia de Polícia do Distrito Federal (2015), Júlio César de Almeida, “combatemos isso de forma integrada”.

No intuito de otimizar essa integração e mudar esse cenário nas escolas e em seus arredores, a parceria já mencionada (CRE e CPP) buscou o auxílio do batalhão local da polícia militar – 14º BPM –. O comandante do referido batalhão da PMDF, TC Anderson David (2015), mostrou-se bastante solícito às demandas dos bairros durante todo o andamento dos cursos. Compareceu e enviou representantes às solenidades de abertura e de encerramento

³¹ Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos – CPCDH, 2015.

³² CANAL E / SEDF. **Polícia Comunitária.** Vídeo disponível em: https://www.facebook.com/1721138721430949/videos/1721397418071746/?video_source=pages_finch_trailer&theater. Acesso em 03 jul. 2016.

apresentando-se à comunidade e disponibilizando os serviços da corporação a quaisquer indícios de ocorrências ligadas ao crime e à violência. Viaturas foram encaminhadas para as portas dos colégios, patrulhas e revistas foram realizadas nos bairros e os policiais de plantão fizeram-se presentes nas escolas com frequência. Depoimentos do professor de língua portuguesa, Edson Portela, mostraram que o trabalho já surtia efeitos positivos na primeira semana de atuação do projeto. Disse ele que, ao sair da escola (CEd 03), já não mais percebia a presença de grupos de pessoas “estranhas e suspeitas” na porta e nos arredores. Falou, ainda, que ouviu “boatos” de estudantes argumentando que a escola “estava sujeira” no momento do curso (termos utilizados por estudantes e repetidos pelo professor). Na segunda semana de curso, o batalhão escolar da polícia militar esteve em ambas as escolas. No CEd 03, foram realizadas varreduras em algumas turmas da escola por solicitação da direção. Foram recolhidos canivetes e facas. Também, durante os cursos, representantes do CPP se fizeram presentes e apresentaram-se à comunidade escolar das duas escolas. Durante as atividades do projeto, a direção do CEd 03 percebeu um comportamento suspeito por parte de alguns estudantes e findou por recolher uma porção de maconha. A substância foi passada aos representantes do CPP (que estavam presentes no momento) que a repassaram ao batalhão escolar para que tomasse as devidas providências. Os menores foram encaminhados à delegacia local. No CEd Dag, o CPP coibiu a ocorrência de dois assaltos em frente à escola. Sem essa atuação firme da polícia no enfrentamento ao crime, seria difícil tratar os outros tipos de violência e suas consequências dentro das escolas (ameaças, intimidações, inseguranças, preconceitos, falta de conhecimento e informação, *bullying*, desvalorização, falta de esperança, dificuldade em mediar conflitos, relações interpessoais enfraquecidas). É preciso agregar valores às medidas repressivas por meio de ações preventivas.

O processo de formação, então, ocorreu em conjunto com as ações mencionadas no parágrafo anterior. Foram duas atuações, uma em cada escola, em momentos distintos. Cada curso teve duração de 40 horas/aula e formou professores, coordenadores, policiais militares, representantes do grêmio estudantil e da comunidade. Contou, ainda, com a participação de outros servidores da escola e pais de estudantes em temas específicos. Além disso, a cada encontro, grupos de estudantes participaram como ouvintes de modo que, até o final de cada curso, todas as turmas das escolas foram representadas. Essa interação e as trocas de experiências foram positivas pois um segmento escolar passou a compreender melhor o outro. Cada encontro promoveu uma perspectiva e um olhar diferente no grupo escolar. Em seis

encontros (em cada escola), foram trabalhadas as disciplinas: *Polícia Comunitária e Sociedade, Direitos Humanos, Relações Interpessoais, Mediação Pacífica de Conflitos, Conselho Comunitário de Segurança e Gestão pela Qualidade em Segurança Pública*. Houve, ainda, encontros entre policiais militares e os estudantes da escola para a realização de atividades lúdicas com fim educativo. No CEd 03, o Major Alexandre Carvalho (Corregedoria da PMDF), com o apoio de educadores físicos da unidade escolar, ministrou duas aulas de *Body Combat* na quadra de esportes da escola com muita habilidade e animação. Por meio de movimentos de artes marciais e muito ritmo, estudantes, professores e policiais se divertiram muito. A escola recebeu a presença e o apoio de um oficial de justiça e de professores de outras unidades escolares. No CEd DAG, foi apresentada a peça “Escolhas” pelo representante do Teatro Lobo Guará. O Sargento Kléber, talentosamente, trabalhou temáticas concernentes à vida do jovem brasileiro e sua capacidade de fazer escolhas no intuito de envolver a polícia com as questões sociais trabalhadas na escola. Ainda, no CEd Dag, houve um concurso de produção de desenhos e redações com o tema *Segurança e Cidadania*. Essas atividades causaram grande mobilização nas escolas e contaram com a colaboração de toda a equipe. Foram duas semanas de atividades em cada escola e o desenvolvimento dos cursos foi acompanhado sistematicamente. Foram aplicadas avaliações para o aprimoramento de ações futuras as quais contribuíram para o atual formato do curso *Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar* que agrega as demandas da Educação àquelas propostas pela Segurança Pública.

As solenidades de abertura e de encerramento contaram com a presença de autoridades e representantes envolvidos: Assessoria de Políticas Públicas da Casa Civil, Subsecretaria de Segurança Cidadã (SSP), Subsecretaria de Gestão da Informação (SSP), Administração Regional de Planaltina, 31ª Delegacia de Polícia, CPCDH /PMDF, 14º BPMDF, Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, Gerência de Educação Básica de Planaltina, Direção das Unidades Escolares e Assessoria de Parlamentares. Todos apresentaram pronunciamentos enriquecedores e se mostraram comprometidos com a continuidade de ações que promovam a cultura de paz. O hino nacional foi entoado pela comunidade escolar, por policiais militares e demais autoridades; no CEd 03, ao som de um dueto da polícia militar; no CEd DAG, ao tom do coral da escola. Ainda estudantes mostraram seus talentos por meio da musicalidade envolvida com o tema de paz. Assim, foi promovido um ambiente de integração social e compartilhamento de ideias, ansiedades e expectativas.

Na verdade, considero o projeto um enriquecimento na vida dos alunos e professores que refletiu no dia-a-dia da escola. A segurança na escola fortalece a estrutura escolar. Que essas ações possam perdurar nos anos seguintes. (Informação verbal)³³

É um prazer enorme receber a polícia e esse projeto tão maravilhoso em nossa escola, na nossa comunidade. Eu tenho a certeza de que nossos alunos ficam felizes; nós, professores, toda a escola fica feliz com essa aproximação [...]. Tive o prazer de falar, aos meus alunos, que a polícia está a nosso favor e que todos vocês possam ter essa consciência. [...] um dos focos do projeto é esse. É nós termos essa sensibilidade [...], essa parceria com a polícia para que, assim, possamos ter uma melhor comunidade. (Informação verbal)³⁴

Segurança e Cidadania é proteger o cidadão e a comunidade [...]. Nós precisamos de cidadania. Para ter segurança, precisamos colaborar e construir um caminho melhor. (Informação verbal)³⁵

No 1º Semestre de 2016, as ações comunitárias deste trabalho realizado em Planaltina avançaram para uma proposta ainda mais cidadã. O projeto atinge a comunidade de Ceilândia-DF com o formato implementado, conforme descrito no corpo deste artigo.³⁶ O *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária* construiu caminhos para a criação do curso *Polícia Cidadã em uma Perspectiva Escolar* que forma multiplicadores da filosofia comunitária dentro das escolas públicas do Distrito Federal. O Projeto *Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos* deu origem a sete projetos, criados por esses multiplicadores, a serem incluídos nos PPPs das escolas para a continuidade desta iniciativa de prevenção de violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do atual cenário político, econômico e social do Brasil, pode-se dizer que as interferências são inúmeras quanto à efetividade do serviço público. Nesse âmbito, é bastante comum deparar-se com críticas concernentes aos modelos e sistemas brasileiros de Educação e de Segurança Pública. Atípico, por outro lado, é responsabilizar-se pelo ideal funcionamento do sistema público brasileiro. É difícil atuar nas áreas de Educação e de

³³ Professor Ronaldo Victor dos Santos, Diretor do CEd 03 de Planaltina-DF, 2015.

³⁴ Robson, Professor de Matemática do CEd DAG de Planaltina-DF, 2015.

³⁵ Estudante do 6º Ano do CEd DAG de Planaltina-DF, 2015.

³⁶ CANAL E / SEDF. **Polícia Cidadã**. Vídeo disponível em: https://youtu.be/1MS3_w0MiiM. Acesso em: 03 jul. 2016.

Segurança. Mais difícil, ainda, é atuar em ambas as áreas com seriedade. E a dificuldade se agrava quando o foco é atuar como educador e/ou como protetor da sociedade com seriedade, sobriedade e respeitabilidade. Assumir essa responsabilidade é exercer a cidadania e a nação demanda esse comprometimento por parte de seus membros. Um profissional, assim, qualificado é aquele que exerce seu trabalho com dignidade e que passa esses valores aos indivíduos. É o educador que ensina a ser cidadão; é o policial que protege com educação.

A sociedade carece de ações que vão além de discursos elaborados. Não há mais espaço para críticas desvinculadas de sugestões exequíveis. Segurança Pública é responsabilidade de todos os cidadãos e está, diretamente, ligada à Educação. Aqueles que recebem a missão de EDUCAR e PROTEGER precisam unir forças. Para que os processos de Educação e de Segurança Pública sejam eficientes, eficazes e efetivos, é preciso educar protegendo a comunidade e proteger educando a sociedade. Essas ações são indissociáveis e não se sustentam se tratadas separadamente.

O educador contemporâneo deve estar preparado para mediar conflitos sociais e, enquanto membro da comunidade escolar, precisa lidar com tais mediações no processo de ensino / aprendizagem. Para ter êxito em seu trabalho, esse profissional precisa se envolver com as questões sociais, principalmente, com aquelas vivenciadas no ambiente escolar. Construir caminhos de confiança e de proteção faz com que ele adquira credibilidade por parte do grupo e possa, por fim, negociar e prever ações bem-sucedidas. Os órgãos de Segurança Pública, por sua vez, devem adotar medidas educativas que viabilizem uma proteção consistente. A escola, a família, a polícia e as redes de proteção formadas são, portanto, fiéis multiplicadores de boas condutas e promotores da paz social. Por meio da integração de políticas públicas e do compartilhamento de ações é possível construir uma segurança, efetivamente, cidadã.

É muito difícil educar sem proteger e proteger sem educar. É preciso construir caminhos para que não somente se fale em cidadania, mas também para que se atue enquanto cidadão. O Projeto *Segurança e Cidadania: Construindo Caminhos* prioriza um trabalho educacional de proteção à comunidade escolar por meio da aproximação da polícia com a sociedade. O objetivo é criar um ambiente de participação e envolvimento institucional e social de maneira que todos se comprometam com a prevenção de eventuais gargalos que, de alguma forma, possam comprometer o ambiente escolar. É necessário acreditar que algo pode ser feito e ter iniciativas para que seja, realmente, feito. O verdadeiro cidadão é aquele que

acredita que é capaz de formar uma cultura solidária, constrói caminhos coletivamente, atua na sociedade com responsabilidade e atinge objetivos em prol do bem comum.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL: Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-04/elaboracao-da-carta-de-1988-teve-ser-humano-como-referencia-diz-relator-da-constituinte>. Acesso em 27 out. 2015.

ALGOSOBRE. **A polícia comunitária é a essência da polícia** cidadã. Disponível em: <https://www.algosobre.com.br/interesse-publico/a-policia-comunitaria-e-a-essencia-da-policia-cidada.html>. Acesso em: 23 out. 2015.

AMORIM, Jorge Schorne de. Sistema Nacional de Segurança Pública. Palhoça, 2009. Livro didático do Curso de Especialização em Polícia Comunitária da UnisulVirtual.

AURÉLIO Online, s.v., “violência”, acesso em 10 dez. 2015, <https://dicionariodoaurelio.com/violencia>.

AURORA ano III número 5 dez / 2009. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/FREIRE.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015. passim.

BBC BRASIL. **Pesquisa põe Brasil em topo de ranking de violência contra professores**. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822_salasocial_eleicoes_ocde_valorizacao_professores_brasil_daniela_rw. Acesso em: 20 nov. 2015.

BRODEUR, Jean-Paul. Como Reconhecer um Bom Policiamento: problemas e temas; tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2002. (Série Polícia e Sociedade; n.º 6).

BRASIL. Ministério da Justiça, SENASP. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária. Brasília – DF, 2007.

BUENO, Francisco da Silveira, apud SANTOS FILHO, Antônio José, 200?, p. 1. Disponível em: http://www.paginadepolicia.com/artigos/origem_historica_%20policia.pdf. Acesso em: 11 dez. 2015.

CANAL E. **Nos Caminhos do Audiovisual**. 19 fev. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IzCOuT6BFbw>. Acesso em: 05 jun. 2015.

CANAL E / SEDF. **Polícia Cidadã**. Vídeo disponível em: https://youtu.be/1MS3_w0MiiM. Acesso em: 03 jul. 2016.

CANAL E / SEDF. **Polícia Comunitária**. Vídeo disponível em: https://www.facebook.com/1721138721430949/videos/1721397418071746/?video_source=pages_finch_trailer&theater. Acesso em 03 jul. 2016.

CERTIFICADO DIGITAL. **Em seminário, socióloga diz que violência “parece estar no DNA da sociedade”** (grifo do autor), 12 nov. 2015. Disponível em: <http://www.clebertoledo.com.br/estado/2015/11/12/73746-em-seminario-sociologa-diz-que-violencia-parece-estar-no-dna-da-sociedade>. Acesso em: 17 out. 2015.

DALRYMPLE, Theodore. Podres de Mimados, As consequências do sentimentalismo tóxico. Tradução Pedro Sette-Câmara- 1º Ed. São Paulo. É Realizações Editora – 2011.

Distrito Federal (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 5ª. Ed – Brasília, 2009.

Distrito Federal (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 1ª. Ed – Brasília, 2009.

Distrito Federal, Polícia Militar do - Plano Estratégico 2011-2022: Planejando a Segurança Cidadã do Distrito Federal no Século XXI / - Estado-Maior/Seção de Inteligência Estratégica Ciência e Tecnologia. 1 ed. Brasília.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999. Versão 3.0. 1 CD-ROM.

MARQUES, Archimedes José Melo. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/atualidades/a-policia-cidada-cidadao-constituicao-cidada.htm>. Acesso em: 27 out. 2015.

OSP. **Violência nas Escolas do Distrito Federal**. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/node/2071>. Acesso em: 20 nov. 2015.

Público. Rede Social dos Amantes do Conhecimento. Disponível em: <http://artistasdesantoamarodeipitanga.ning.com/profile/TassioSimoos>. Acesso em: 12 nov. 2015.

SAPORI, Luís Flavio. Segurança Pública no Brasil, Desafios e perspectivas, 1º Ed. Rio de Janeiro: FVG, 2007;

SKOLNICK, Jerome H; BAYLEY, David. Policiamento Comunitário: Questões e Práticas Através do Mundo; tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006. (Série Polícia e Sociedade; n.º 6 / Organização: Nancy Cardia).

Stephen Stoer (2008, p. 86). **A Genética Cultural da Reprodução**. Educação, Sociedade e Cultural, nº 26, 85-90.

TONRY, Michael e MORRIS, Norval Morris. **Policiamento Moderno**. Livro 7 da Série Polícia e Sociedade. São Paulo: Ford/NEV/Edusp, 2000.

TREMBLAY, Richard E. Université de Montréal, Canada e University College Dublin, Irlanda. Fev. 2012. Disponível em: <http://www.encyclopedia-crianca.com/violencia-social/sintese>. Acesso em: 12 nov. 2015.

VEJA. **O coitadismo nacional e o culto à vitimização**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/democracia/o-coitadismo-nacional-e-o-culto-a-vitimizacao/>. Acesso em: 30 out. 2015.

Recebido: 08/01/2016

Revisado: 07/07/2016

Aceito: 21/07/2016

Paula Ribeiro e Oliveira, professora SEDF. Graduada em Letras Português / Inglês – UniCEUB. Pós-graduada em Orientação Educacional (Facibra) e mestranda em Ciências da Educação (UAA - Universidade Autônoma de Assunção). Membro do Comitê de Paz nas Escolas / SSP e do GT Femicídio / SEDESTMIDH. Experiência em gestão de projetos, trabalhos comunitários e articulações políticas. E-mail: paularibb@hotmail.com